

Galvêas já considera o fechamento assegurado

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem que "o ano de 1983 está superado", dando a entender que o fechamento do balanço de pagamentos deste ano está assegurado, não obstante o aparente insucesso da viagem do ministro Delfim Netto, do Planejamento, ao Oriente Médio.

Galvêas não deu nenhuma indicação de como as contas externas do País estão fechadas, assinalando apenas que "estamos trabalhando nas formalidades" para a assinatura do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, que ainda não fechou, de acordo com notícias procedentes do Exterior.

Quanto à questão da mudança na lei de remessas de lucros, o ministro da Fazenda disse que ainda não existe definição nesse sentido. Afirmou que, por diversas vezes, o Fundo Monetário Internacional tem advertido o Brasil sobre as restrições cambiais ainda em vigor, como o confisco cambial do café, o imposto adicional sobre remessa de lucros, *royalties* etc.

"O FMI tem advertido que as restrições são contra seus estatutos, e temos então que encontrar um caminho para conciliar os nossos interesses com a programação do FMI. Podemos até encontrar um jeito de não mudar nada, mas, se isso for necessário, mudaremos", salientou o ministro da Fazenda.

Por sua vez, o secretário-geral do Ministério da Fazenda disse que não mudará muita coisa, a não ser o fato de que a partir de então os confiscos cambiais, imposto adicional, etc., serão desvinculados dos contratos cambiais.

PERGUNTAS SÉRIAS

"Só respondo perguntas sérias", reagiu Galvêas, ao ser indagado, ontem, se o governo está estudando a alternativa de decretar uma morató-

ria interna, diante do elevado valor da dívida pública, hoje em torno de Cr\$ 24 trilhões. Indagado como considerava perguntas sobre o caso Coroa-Brastel, Galvêas retrucou: "idem, idem".

O presidente interino do Banco Central, José Luís Silveira Miranda, classificou de "ficção" qualquer estudo propondo a moratória interna. E o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nobrega, considerou "irresponsável e sandice" proposta nesse sentido.

Para Silveira Miranda, é preciso considerar a dívida interna em termos reais e não apenas em termos nominais, onde ela aparece realmente elevada. "É lógico que a dívida corrigida vai sempre inflar, e quanto mais alto seja a inflação e a correção monetária, em termos nominais, mais ela vai crescer, e em grande velocidade. Mas é preciso considerar a dívida em relação ao PIB", salientou.

Lembrando que a dívida pública hoje atinge quase 20% do PIB, Silveira Miranda retrucou que o número não é exatamente este, mas também não revelou nenhum outro. Argumentou que a dívida real, de títulos em poder do público, é a metade dos quase Cr\$ 24 trilhões. Além disso, destacou que "o grande controlador do volume é nossa capacidade de redimi-la sem exacerbar o processo inflacionário; é preferível em prazo médio ir reduzindo paulatinamente o volume da dívida real".

O presidente interino do Banco Central assegurou que, justamente em termos reais, a dívida pública será reduzida neste ano, com o resgate de Cr\$ 1 trilhão de títulos, e também no próximo ano.

As autoridades econômicas fizeram, ontem, questão de deixar claro que a moratória interna não está em cogitação, mas não negaram que exista estudo nesse sentido.